

Matérias-primas minerais e relações internacionais^(*)

III Parte — Os mecanismos dos preços e as suas consequências

1. OS MECANISMOS DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS

A noção de preço de uma matéria-prima e a maneira como os cursos se estabelecem é eminentemente variável dum produto para o outro. Notar-se-á em especial que certos metais são objecto duma cotação diária, enquanto que outras matérias são objecto de contratos semestrais ou anuais e que finalmente outras, mais raras se tratam numa base plurianual.

É ainda necessário distinguir os contratos a preços fixados (em geral por um ano, com renegociações todos os anos) e os contratos cujos preços são indexados, sobre as cotações da bolsa ou as cotações publicadas. Com efeito, as cotações diárias podem ser as da bolsa de metais de Londres (London Metal Exchange), ou duma outra bolsa de categoria mundial (Penang para o estanho), ou bem estas cotações são publicadas regularmente em jornais especializados (Metals Week, na América do Norte, Metal Bulletin para o resto do mundo) que estabelecem preços por consulta dos principais negociantes das praças de Nova Iorque ou de Londres.

De facto, o conhecimento dos preços realmente praticados está longe de ser bom, sobretudo quando não há leilão público. É também claro que os preços nas diferentes zonas são tanto mais próximos uns dos outros que a liberdade das trocas, os direitos de alfândega e as condições de transporte criam uma situação mais fluída. Finalmente os compradores e os vendedores são por vezes pouco numerosos e têm muitas vezes relações privilegiadas (é por exemplo o caso das concessões duma cooperativa de produção aos seus accionistas). O resultado é que, para muitos produtos, não há um verdadeiro mercado transparente, nem um preço significativo no plano mundial.

Para simplificar a aproximação, podem considerar-se dois casos típicos: o das cotações da bolsa (ou cotação de leilões públicos) e o do preço de «barème» ou preço produtor, revisto periodicamente:

- *A cotação de bolsa* corresponde à situação em que produtores e consumidores se sujeitam à arbitragem técnica dum mercado organizado por negociantes; em princípio a bolsa fixa o preço marginal que asse-

gura o equilíbrio das ofertas e das procuras; por este facto ela é fundamentalmente flexível, até mesmo instável; produtores, consumidores, especuladores podem intervir à sua vontade.

- *O preço de «barème»* fixado pelo produtor apresenta a vantagem da estabilidade aparente; uma certa flexibilidade pode ser conseguida pela prática de descontos mais ou menos selectivos, mas é claro que este dispositivo não permite a adaptação permanente a uma oferta que não se apreende directamente.

A experiência mostra os limites e dificuldades de cada um dos sistemas:

- os países consumidores desconfiam dos «barèmes» que implicam um mínimo de acordo entre os produtores, mas eles apreciam-nos na medida em que só eles permitem o lançamento dum controlo dos preços (sobre as produções interiores em todos os casos).

- os países produtores desconfiam das cotações da bolsa, cujas variações podem trazer-lhes graves prejuízos e que permitem lucros especulativos, mas finalmente eles aceitam-nos muitas vezes de mais boa vontade que os cursos afixados que eles não controlam e para os quais receiam conflitos entre empresas.

Os sistemas de bolsa em princípio devem reflectir tanto melhor os equilíbrios produção-consumo se houver um grande volume de transacções físicas. De facto, estas não representam sempre senão uma fracção muito fraca das transacções «papel» e na maior parte dos casos são só marginais em relação ao conjunto das vendas físicas que se fazem no mundo na base dessas cotações de bolsa. Não há praticamente senão uma bolsa importante que faz exclusivamente transacções físicas e a contado (Penang para o estanho). Pelo contrário, as transacções «papel» permitem operações de cobertura, para se subtrair às incertezas das variações de curso (mas são também a base das operações mais ou menos especulativas).

(*) Continuação da trad. livre publicada nos n.ºs 130 e 131.

É muito necessário ver também que procurando evitar operações directas na bolsa, os produtores e consumidores correm o risco de agravar a instabilidade do mecanismo, fundado então em bases muito limitadas, a ponto que ele perde todo o significado. Foi o que se produziu no final do ano de 1973 com o zinco no London Metal Exchange, quando as operações físicas tiveram que ser interditas durante muitos meses por carência de metal disponível em quantidade suficiente, e que as cotações, unicamente resultantes de operações «papel», sofreram então variações erráticas chegando em certos dias até um nível triplo do curso produtor.

Em definitivo, os dois sistemas deverão provavelmente ser praticados com arranjos tendentes a moralizá-los e a conservar-lhes a flexibilidade necessária: as cotações da bolsa podem ser parcialmente estabilizadas por intervenções inspirando-se nas do Conselho do Estanho que visam a manter as flutuações dos cursos numa «fourchette» dada; os acordos que implicam os preços do «barème» deverão sem dúvida ser reconhecidos, mas simultaneamente será necessário ter forma de seguir o estado real do mercado; as fórmulas mixtas tais como a do zinco em que existem uma cotação produtor e uma cotação da bolsa reflectindo o mercado «paralelo» constituirão em certos casos soluções oportunas (fig. 1).

As soluções são mais difíceis nos casos em que não existe nem cotação de bolsa, nem curso produtor e em que é hábito utilizar, como referência para os contratos, índices de preços publicados por organismos privados (que com ou sem razão, podem ser suspeitos de manipular os cursos ou de serem manipulados pelos seus informadores), sem falar das matérias em que o essencial das transacções se faz entre sociedades pertencentes a grupos integrados, com preços comandados.

É neste sentido que se pode lamentar a ausência de transparência dos mercados para certos produtos (bauxite, tungsténio, minério de ferro, por exemplo), o que é uma fonte de novas tensões entre produtores (e Estados em que se faz a produção) e consumidores.

2. AS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES DOS MERCADOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Rigidez da oferta e da procura

Sabe-se que os mercados das matérias-primas se caracterizam acima de tudo por uma considerável rigidez dos dois termos: oferta e procura, rigidez que torna os desequilíbrios muito sensíveis e quase permanentes; mudanças mínimas do equilíbrio estatístico ou da situação do mercado transformam muito brutalmente uma situação de desequilíbrio em favor dos produtores numa situação de desequilíbrio em favor dos compradores ou a inversa. Se por exemplo corre o boato de que o mercado está ameaçado de penúria, os compradores muito depressa se mostram aptos a aceitar preços duplos, triplos... daqueles que eles teriam rejeitado categoricamente algumas semanas antes.

A rigidez da oferta e a da procura são agravadas por mecanismos de amplificação que resultam de reacções psicológicas ou económicas, cujas motivações são às vezes especulativas.

Assim, as subidas de preços estimulam a procura e reduzem a oferta (a curto prazo): os consumidores da indústria de transformação, receando subidas ainda

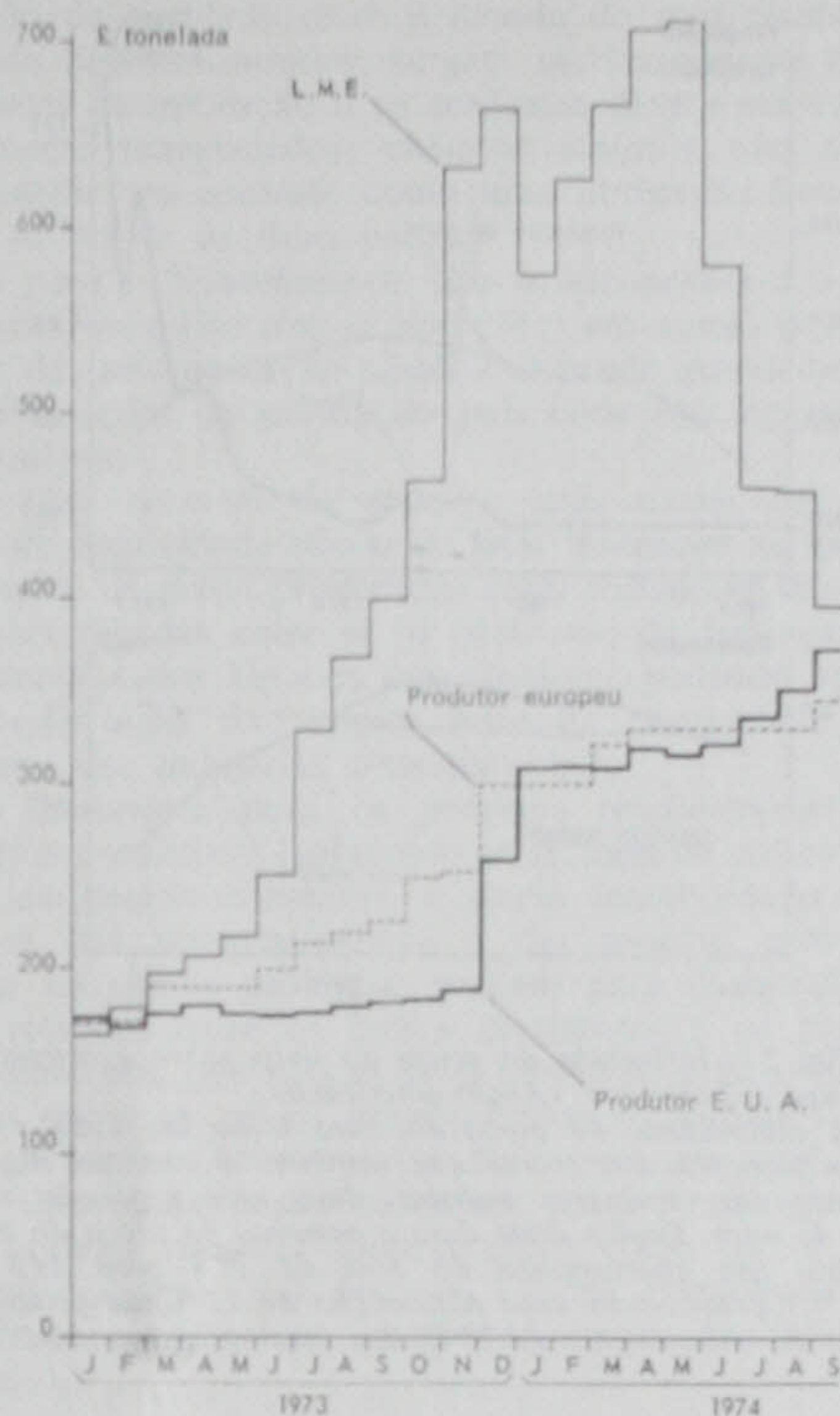


Fig. 1 — O mercado do zinco para o qual existe uma cotação «produtor europeu» relativamente estável e uma cotação de bolsa (L. M. E.) reflectindo o mercado «paralelo» constitui um compromisso interessante que evita os principais inconvenientes observados para os metais onde não existe senão a cotação produtor ou a cotação de bolsa. Nota-se que a cotação dos produtores americanos está muito próxima da cotação dos produtores europeus, excepto no segundo semestre de 1973, quando ainda estava bloqueada pelo governo americano.

mais elevadas ou até mesmo a penúria, reconstituem os seus stocks ao máximo; os vendedores podem ser tentados a agravar o movimento retardando as suas vendas, e em todo o caso os produtores reduzem o teor de corte das suas explorações mineiras (ver abaixo), o que muitas vezes tem como efeito a curto prazo reduzir a oferta de metal disponível.

Inversamente, em caso de baixa das cotações, os consumidores vivem sobre os seus stocks, que podem ver baixar sem inquietação para o seu aprovisionamento, esperando que a baixa das cotações ainda se acentuará, enquanto que os produtores podem ter pressa de vender ao melhor preço. O movimento engodado é portanto acelerado até que a sua amplitude seja tal que apareçam mecanismos de blocagem.

Isto é extremamente importante: é preciso dar-se conta de que indústrias tão vitais como a do automóvel funcionam para um certo número de metais, somente com alguns dias de stock em tempo normal; quando aparecem dificuldades no mercado do zinco ou da prata ou de outros metais que lhes são indispensáveis, os produtores de automóveis devem seguir dia a dia as remessas, com a ameaça da paragem das séries se houver rutura no aprovisionamento. Isto quer dizer que desde que os compradores dos serviços de aprovisionamento sentem que o mercado está em-

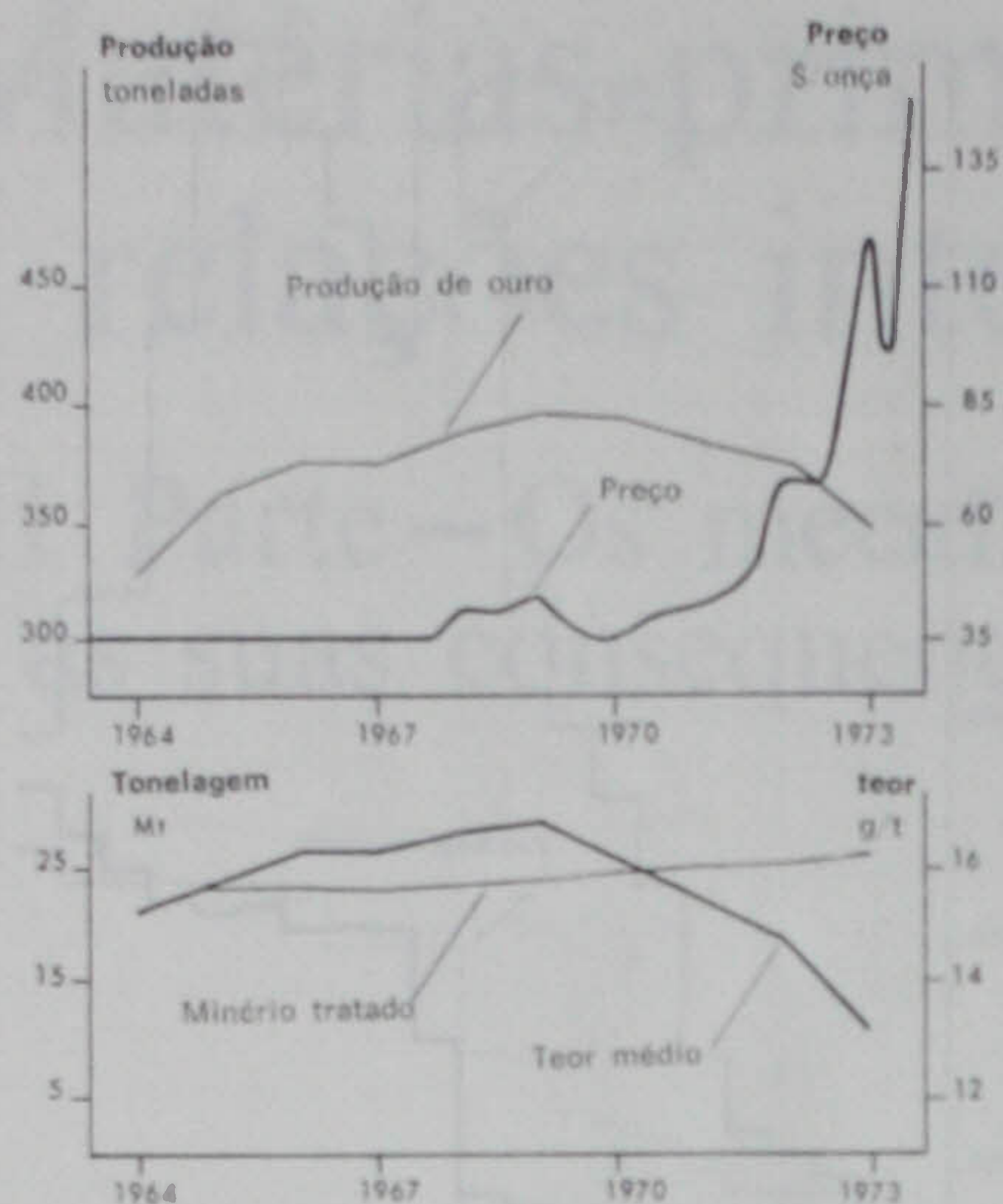


Fig. 2 — Influência do preço do ouro sobre a actividade do grupo sul-africano «Anglo-americano».

A estabilidade do preço do ouro levou até 1969 a um ligeiro aumento dos teores que combinado com um ligeiro aumento das toneladas tratadas, dava uma produção crescente de ouro. Depois desta data o aumento do preço do ouro permitiu um abaixamento do teor de 16,8 para 13,2 g/t (-22 %) provocando uma diminuição de 12 % da produção apesar de um aumento de 10 % das toneladas tratadas.

baraçado, tentam cobrir-se, acentuando a execução das encomendas e dos preços.

A estas compras juntam-se as que são puramente especulativas e que intervêm sobre muitos outros mercados além do do ouro que, evidentemente, é o mais característico; não devemos esquecer-nos de que se em França há poucas transacções sobre as matérias-primas, na Grã-Bretanha e nos E. U. A. as operações nestes mercados são tão correntes como sobre as acções de sociedades; as compras especulativas têm portanto nele uma grande importância. Os anos de 1973 e 1974 foram absolutamente característicos neste ponto, porque nos E. U. A. e na Grã-Bretanha especialmente, se fez um grande movimento, tocando todos os níveis dos «investidores» para abandonar o mercado das acções e lançar-se nos mercados das matérias-primas.

No que diz respeito à oferta, é necessário analisá-la mais de perto para ver porque é que ela também não reage sempre no sentido esperado. A rigidez do aparelho produtivo é na maior parte das vezes tal que os produtores são absolutamente incapazes a curto prazo de aumentar a sua produção: uma subida dos preços tem por efeito tornar económicos os minérios mais pobres, de forma que com uma dada capacidade de tratamento de minério, ela tende a fazer decrescer a produção de produtos comerciais (fig. 2); inversamente, a reacção dos produtores a uma baixa de preços é lançar no mercado uma maior quantidade de produtos, resultante de uma eliminação de escórias acentuada e de esforços de produtividade.

É além disso instrutivo analisar a este propósito a evolução correlativa dos preços das acções das sociedades produtoras de matérias-primas e os preços das matérias-primas correspondentes.

Ter-se-ia podido esperar por exemplo ver depois de um ano a subida do preço do cobre ou do ouro

arrastar a das acções das sociedades que os produzem. Ora, não tem sido sempre assim e a par de explicações técnicas, um motivo é que os conselheiros financeiros nos E. U. A. ou na Grã-Bretanha têm induzido os seus clientes a ser mais compradores das matérias que das acções; esta arbitragem que eles propuseram teve como efeito pesar sobre o mercado das acções e fazer subir os preços das matérias (fig. 3).

Dissimetria entre a oferta e a procura

Uma segunda característica importante dos mercados das matérias-primas, característica que não é de resto absolutamente específica das matérias-primas, é a dissimetria que existe entre a oferta e a procura.

Em caso de sobreprodução, o que oferece (o produtor) tem, em todas as circunstâncias, a possibilidade técnica de retardar ou de paralisar a sua produção ou de armazenar; é simplesmente uma questão de financiamento. O que procura, esse, não tem absolutamente a possibilidade simétrica se há penúria; qualquer que seja o dinheiro de que ele pode dispor, ele não pode aumentar nem criar a produção dessas matérias-primas que lhe são necessárias e os seus meios técnicos de acção sobre o seu próprio consumo dessas matérias são geralmente insignificantes.

Esta dissimetria constitui a principal dificuldade da estabilização dos preços: pode-se sempre remediar uma situação de sobre capacidade estabelecendo quotas, reduzindo a produção, armazenando; quando se

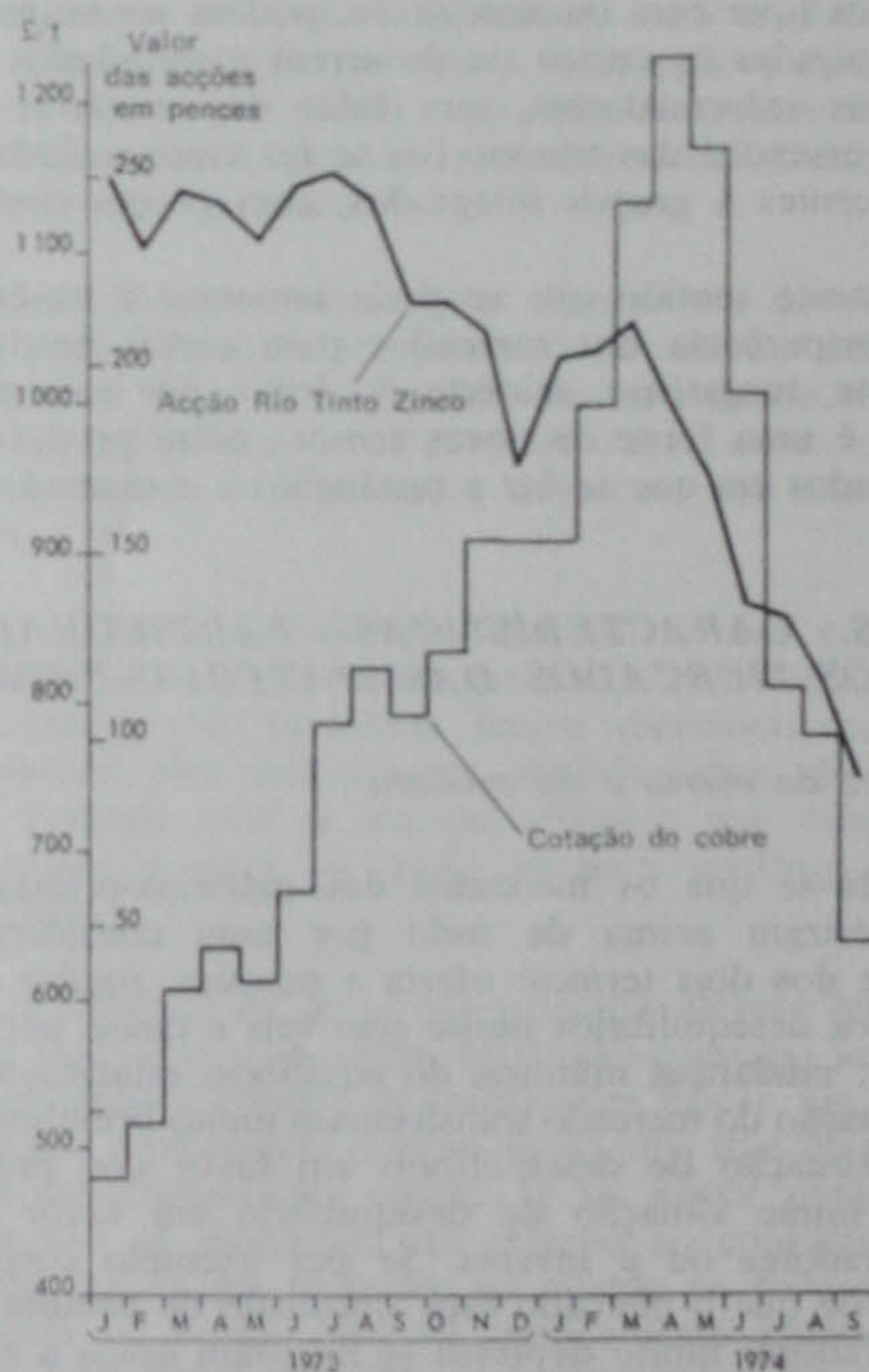


Fig. 3 — A subida espectacular dos preços do cobre no L. M. E. (assim como a do zinco — veja-se fig. 1 atrás apresentada) não provocou a alta das acções das empresas mineiras correspondentes, em especial porque nos E. U. A., e na Grã-Bretanha, os conselheiros financeiros aconselham investimentos em metal de preferência a acções das sociedades produtoras. A cotação das acções da Rio Tinto Zinc é aqui comparada com a do cobre no L. M. E. porque este metal constitui um elemento bastante mais importante que o zinco no volume de negócios desta companhia.

está numa situação de penúria e de insuficiência de capacidade em relação às procuras, não existe remédio algum eficaz a curto prazo, salvo dispor de stocks de segurança que o consumidor tenha tido a precaução de constituir adiantadamente (mas o encargo de financiamento é tal que os consumidores industriais sozinhos não podem pagar esta medida de precaução).

O mecanismo natural tende pois a colocar periodicamente os produtores — que podem jogar — numa posição de força em relação aos consumidores.

3. PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS E MOEDAS

Qual a medida das moedas?

Não se pode falar de preços das matérias-primas sem ao mesmo tempo nos interrogarmos sobre a validade do instrumento de medida que constitui a moeda imaginária de câmbio. Pode dizer-se que a inflação provoca a subida do preço das matérias-primas ou dizer que a depreciação das moedas pode medir-se pela sua perda de poder de compra em matérias-primas.

Neste aspecto, a situação é sem dúvida bastante diferente conforme há ou não convertibilidade das moedas (ou da principal) numa (ou nas) matérias-primas. A convertibilidade que estabelecia por exemplo uma relação fixa entre o dólar e a onça de ouro, estabelecia assim uma ligação geral entre as moedas ligadas ao dólar pela sua paridade e as matérias-primas cujo preço de custo sofre evoluções que são sensivelmente paralelas às do ouro. Tecnicamente pode-se substituir o ouro por um conjunto de matérias-primas diversas, o dólar por qualquer outra moeda, mas qualquer que seja o sistema tende a conter a evolução do valor respectivo das moedas e das matérias. Há os defeitos que assinalámos a propósito dos sistemas de preços de «barème» rígido: ele pode conduzir a situações irrealistas, com todos os inconvenientes que podem resultar duma prolongada ilusão. Pelo contrário, o sistema sem convertibilidade não deixa subsistir qualquer freio à inflação e às flutuações; ele tem a vantagem da flexibilidade e o defeito da instabilidade própria a todos os sistemas de bolsa.

Moedas flutuantes

O mundo viveu durante muitos anos no sistema de paridades fixas, em que as moedas de referência formavam a base sólida do sistema. Depois de 1972 (e sobretudo em 1973), esta base estável desapareceu em seguimento da flutuação sucessiva da libra esterlina e do dólar americano, que são desde sempre as moedas de câmbio praticamente exclusivas para as transacções sobre matérias-primas. Este novo factor de instabilidade assim introduzido nos mercados das matérias-primas complicou grandemente as operações e obriga a uma permanente ginástica intelectual para apreciar a evolução dos preços em função das paridades entre moedas e das erosões monetárias. Independentemente dos inconvenientes próprios ao desaparecimento de instrumentos de medida monetária fiáveis, novas perturbações são portanto criadas:

- para o comércio: vendedores e compradores procuram fechar os contratos nas moedas que lhes parecem favoráveis, mas que mudam; em caso de modi-

ficação de paridade entre a moeda do país produtor e a do país consumidor, surgem inevitavelmente dificuldades de aplicação e os contratos devem ser eventualmente renegociados; chega-se assim a não mais considerar um contrato como uma obrigação forçada que se impõe às duas partes:

- para o financiamento dos investimentos e o resultado financeiro das explorações: em suma, o interesse de uma operação mineira depende grandemente das flutuações da moeda do país onde esta operação se realizou;

- para o nível da procura, que apesar da sua falta de elasticidade não pode ficar insensível às fortes variações de preço provocadas pelas flutuações das diferentes moedas entre si (o problema da balança de pagamentos dos Estados consumidores podendo apresentar-se além da simples falta de elasticidade da procura das indústrias consumidoras);

- finalmente para os próprios rendimentos dos Estados produtores (sobretudo se se trata de países em vias de desenvolvimento); a dupla instabilidade dos preços das matérias-primas e das moedas provoca assim um grave problema político para o equilíbrio das relações entre os países produtores e os países consumidores, que não se deve confundir com o equilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento (se bem que esta confusão seja alimentada desde há algum tempo, em especial nas grandes reuniões internacionais como na última assembleia geral das Nações Unidas consagrada às matérias-primas e ao desenvolvimento do terceiro mundo).

Níveis relativos das moedas

Estas novas perturbações levam-nos a retomar este problema dum ponto de vista mais teórico. Poder-se-ia dizer que o preço de uma matéria-prima pode ser fixado de uma forma totalmente arbitrária numa dada moeda de referência, os preços das outras matérias-primas deduzindo-se então segundo um conjunto de considerações económicas e técnicas ligadas ao seu custo de produção e ao seu valor de utilização. Acrescentemos contudo que a fixação dum nível de preço para as matérias-primas, nível que, teoricamente, pode ser arbitrário, não é totalmente independente do valor dos produtos transformados: há sempre um limite inferior a um nível, que é o custo de produção, em que entra com uma boa parte o preço dos bens de equipamento necessários à exploração (e também o custo da mão-de-obra, directamente ligado ao nível de vida do país produtor).

Nesta hipótese em que o valor da moeda se referencia, em relação com as matérias-primas seria assim fixado arbitrariamente, o que importa na realidade para a apreciação das paridades da moeda de referência com as outras moedas é o conjunto das margens de transformação (valores acrescentados) entre as matérias-primas e os produtos acabados (bens de equipamento e bens de consumo) que são fabricados a partir dessas matérias-primas. Os níveis relativos das moedas, tanto quanto eles estão ligados à potência económica e sobretudo à balança de pagamentos de cada país, são pois directamente ligados à relação entre o nível dos preços das matérias-primas e o nível de valor total acrescentado dos produtos acabados. Expressando-nos doutra forma, diremos que a potência económica de um país se aprecia pelo valor acrescentado que é capaz de dar às matérias-primas que ele

transforma. E é bem aí que está o problema dos países que são essencialmente exportadores de matérias-primas pouco ou nada transformadas. Reciprocamente, os países exportadores de produtos transformados a partir de matérias-primas importadas, não são evidentemente indiferentes, quanto a eles, ao nível dos preços dessas matérias-primas.

Infelizmente, o problema é muito complexo, porque a gama das matérias-primas, e ainda mais a dos produtos acabados, são muito extensas e diversificadas, pois que nenhum país no mundo é puramente importador ou exportador de uma ou de outra categoria de produtos (sem contar que se fazem também trocas no estadió de produtos intermediários).

Não há pois, evidentemente, regra matemática simples que se possa utilizar para fixar o nível de cada moeda em relação a um nível arbitrariamente dado dos preços das matérias-primas, pois os parâmetros em causa são muito numerosos e muito complexos. Por consequência intervém obrigatoriamente uma relação de forças para influir nos níveis relativos das moedas.

A priori, esta relação de forças parece desigual, porque a última palavra deveria caber aos países que são essencialmente produtores e exportadores de produtos transformados: para manter a sua moeda (e a sua potência económica), basta-lhe repercutir sobre os preços dos produtos transformados as variações dos preços das matérias-primas. Foi isto o que se fez no passado, as repercussões excedendo mesmo muitas vezes o simples efeito matemático da subida dos preços das matérias-primas (e as baixas desses preços não sendo muitas vezes senão parcialmente repercutidas).

Mas este jogo tem os seus limites que hoje aparecem talvez mais claramente. Assim, a indústria de transformação não está absolutamente livre para fixar o nível do seu valor acrescentado e dos preços dos produtos semi-transformados e acabados: existe uma concorrência entre as diversas sociedades, e também cada vez mais entre os Estados. Neste sentido, um país que no seu próprio território dispõe de recursos numerosos em matérias-primas, sobre cujos preços pode eventualmente influir, está evidentemente em melhor posição que um país que depende largamente das importações de matérias-primas. E o primeiro país pode naturalmente ser tentado a pesar sobre os preços dos produtos transformados, livre de controlar os preços das matérias-primas produzidas no seu território, reduzindo por isso mesmo o valor acrescentado de que vivem os países essencialmente transformadores (e não produtores) de matérias-primas. A este respeito, o sistema de duplo preço (interno, e para a exportação) introduzido por certos países produtores de petróleo (Canadá, Indonésia, etc...) é bastante significativo.

Por outro lado, se os preços das matérias-primas aumentam brusca e fortemente, a repercussão automática desta subida sobre os produtos transformados torna-se rapidamente intolerável pelo facto da ampliação da inflação assim criada. De facto há toda uma série de problemas psicológicos, sem contar com os aspectos da desigualdade social, que fazem com que uma inflação muito forte provoque desordens em todos os níveis e se torne inaceitável.

Os recentes acontecimentos que se produziram com o petróleo e as outras matérias-primas mostram que não é possível para os países essencialmente importadores de matérias-primas e exportadores de produ-

tos transformados recuperar muito rapidamente os aumentos de preços das matérias-primas para restabelecer as suas balanças de pagamentos.

Finalmente não se deve esquecer um aspecto que toma uma importância política, económica e moral cada vez mais fundamental: a situação do «quarto-mundo», que se encontra esmagado e empobrecido além do que é tolerável pelas subidas conjugadas das matérias-primas e dos produtos transformados. Porque, se a relação de forças joga actualmente em favor dos países produtores de matérias-primas em detrimento dos países consumidores dessas matérias (e exportadores de produtos transformados), deve-se repetir que esta dualidade não se sobrepõe absolutamente à dualidade países desenvolvidos — países em vias de desenvolvimento⁽¹⁾. Não se deve pois esquecer que uma boa parte da população do mundo está excluída desta luta económica, e só pode ver os seus problemas de sobrevivência agravarem-se à medida que os preços das matérias-primas são arbitrariamente aumentados, seguidos pelos preços dos produtos transformados.

Abrem-se pois as relações complexas que existem entre as moedas e os preços das matérias-primas, mas vê-se também que a determinação dum nível arbitrário dos preços das matérias-primas, base da economia mundial, não é indiferente para a sorte de uma grande parte da humanidade e põe directamente o problema do equilíbrio das relações internacionais.

4. OS PREÇOS DE CUSTO COMO INDICADORES DOS PREÇOS DE EQUILÍBRIO

É muito difícil utilizar os preços de custo como indicadores dos preços de equilíbrio, e isto pelas seguintes razões:

a) O preço de equilíbrio é teoricamente constituído pelo *preço de custo marginal*. Ora, uma das características das condições de produção de matérias-primas por oposição à transformação, é a existência das rendas de situação consideráveis de que muitas empresas beneficiam; é necessário pois aplicar-se a determinar os custos de produção, não da empresa média, mas da franja de empresas que desaparecem ou se desenvolvem conforme o preço desce ou sobe, quer dizer das empresas que contribuem para o ajustamento quantitativo da oferta. Notar-se-á que a categoria de empresas a considerar como marginais não é forçosamente aquela que tem o preço de custo mais elevado, e que ela pode variar com a evolução da situação do mercado.

Vê-se que a análise do preço marginal é em si mesma muito difícil e supõe informações que nem sempre existem; ela deve ser tentada em todos os casos, mas ela depende eminentemente do contexto técnico e particularmente da forma da curva de classificação dos custos de produção das diversas minas do mundo.

Por exemplo, no que se refere ao estanho, podemos considerar que a produção marginal é a de numero-

(1) Ver a propósito na II parte, as indicações sobre o saldo dos comércios externos dos países em vias de desenvolvimento para as matérias-primas e em especial o quadro XII que mostra que para 883 milhões de habitantes desses países esse saldo é negativo enquanto que só é positivo para 294 milhões de habitantes desses mesmos países sobre os quais dispomos de números.

sas pequenas minas operando com bomba de saibro na Ásia do Sueste; a situação é bastante típica na medida em que estas minas são numerosas, fecham ou florescem efectivamente em função do preço, e que o seu preço de custo pode ser bem conhecido (notar-se-á a este propósito que são estas produções que se devem considerar como marginais e não as da Bolívia que são provavelmente mais caras mas que não têm flexibilidade de produção).

Um outro exemplo que foi muito comentado é o do petróleo; o raciocínio dos produtores do Médio-Oriente (especialmente do Irão) é de tender para um alinhamento sobre as energias de substituição; xistos betuminosos, carvão..., ulteriormente talvez a nuclear; isto tende a fazer prevalecer um preço muito elevado enquanto as fontes de substituição não estão prontas, depois dos preços de alinhamento sucessivos.

b) Devem-se sublinhar os elementos de interpretação referentes ao preço de custo:

— primeiramente a rubrica amortização — despesas financeiras que é importante e que pode ser consideravelmente empolada ou sub-avaliada segundo a estrutura do capital, a concepção da amortização, a taxa de juros, etc..., sem contar que a idade da exploração intervém muito directamente (mesmo ao nível da transformação metalúrgica, antigas oficinas com preço de custo directo elevado podem continuar a produzir se forem amortizadas);

— o custo das infra-estruturas é igualmente um elemento importante que pode ser mais ou menos imputado ao preço de custo, ou ser parcialmente tomado a seu cargo pelos poderes públicos (não esqueçamos que estas infra-estruturas podem exceder muito sensivelmente o custo das instalações de exploração mineira propriamente ditas);

— a fiscalidade é um elemento maior da avaliação dos custos, e os Estados são levados a intervir cada vez mais por este lado sobre as explorações mineiras.

c) Os rendimentos atribuídos ao poder público (fiscalidade de forma tradicional, participação nos lucros e acções de «apport», vendas a preços preferenciais, etc.) estabelecem-se em função de numerosos elementos de apreciações políticas:

— as necessidades de receitas do Estado;

— as possibilidades da empresa tendo em conta a concorrência; as convenções fiscais particulares, quando as há, têm em conta a necessidade de criar condições de incitamento;

— a consideração da compensação que merece a exploração de um recurso natural que não é renovável.

O segundo elemento tende a moderar as exigências dos Estados, por comparação com o que se pratica noutros países; o terceiro elemento introduz pelo contrário critérios com carácter largamente subjectivo.

Há alguns anos a fiscalidade de numerosos Estados era extremamente vantajosa: o Canadá, a Austrália, a Irlanda tinham exonerado largamente as empresas mineiras e isto contribuiu largamente por certo para o espectacular desenvolvimento mineiro desses países.

Actualmente está em curso um movimento inverso em todos os países produtores de matérias-primas.

Estas considerações fiscais devem ser aproximadas das indicações dadas sobre a importância dos custos das produções marginais: quando o potencial de produção marginal de custo directo favorável num dado momento é controlado por um Estado, este pode ser

tentado a elevar os seus rendimentos, atribuindo-se, pelo menos temporariamente uma renda acrescida. Foi assim que em 1973 e 1974, numerosos Estados aumentaram os seus rendimentos, tomando desta forma a sua parte no aumento dos preços das matérias-primas.

5. INTERVENÇÕES DOS ESTADOS NOS MECANISMOS DOS PREÇOS

Intervenções no sentido da estabilização

No sector dos produtos minerais, a única acção colectiva oficial é a do Conseil International de l'Étain que atenuou as variações irregulares do curso deste metal por intervenções comerciais (stock regulador) e, em caso de excessiva tendência para a baixa, por imposição de quotas de exportação, só indirectamente o grupo de estudo do chumbo e do zinco sem dúvida tem contribuído para reduzir os desequilíbrios dos mercados destes dois metais.

Deve acrescentar-se que, segundo o modelo actual do acordo sobre o estanho, este tipo de intervenção é mais eficaz no caso de baixa dos preços e de sobreprodução do que em caso de subida e de penúria. Encontra-se lá a dissimetria entre produtores e consumidores acima assinalada, mas deve ser possível melhorar o funcionamento dum tal acordo de produto para aumentar a sua eficácia em caso de penúria, aumentando por exemplo o volume do seu stock regulador, criando mesmo mecanismos de incitação a novos investimentos para lançar de novo a produção (organismos como o Banco Mundial poderão desempenhar um papel neste domínio).

Por outro lado, o «stockpile» americano tem um tal volume que, de facto, ele constitui um instrumento de intervenção no mercado internacional. Os produtores, desde há dez anos, têm vivido no receio de vendas intempestivas, mas tem que se constatar que as vendas desse stock que se realizaram em 1973 por motivos de luta contra a inflação permitiram evitar graves roturas de aprovisionamento para muitos metais, especialmente o alumínio e o zinco. O desaparecimento deste stock não deixaria de ser muito inquietante para o conjunto dos países industriais, enquanto um stock internacional, tão importante no seu volume (e mais satisfatório no seu princípio), não tiver sido constituído, a menos que os principais países consumidores constituam stocks nacionais para a sua própria segurança (nesse sentido devem-se seguir as reflexões da Alemanha e do Japão).

Os controlos de preço

Os sistemas de controlo dos preços nacionais que foram executados sem concertação por diversos Estados, pelo contrário, agravaram seriamente a situação.

Sempre que um Estado estabelece um controlo dos preços sobre matérias que circulam de forma bastante fluída, ele cria um sistema de duplo preço e, ao fim de alguns meses, este sistema aumenta a desordem provocando um preço de mercado negro. Finalmente, o mercado mundial divide-se e cai-se numa situação muito mais grave porque as compensações se produzem mal. O mercado funciona tecnicamente menos bem, e os «surchauffes» são exportados dum país para o outro.

Um exemplo flagrante foi o mecanismo posto de pé pelos Estados Unidos. Em 1973, os E. U. A. tentaram bloquear os seus preços interiores deixando ne-

cessariamente livres os preços de importação para as matérias-primas que deviam importar. Rapidamente alguns produtores americanos começaram a exportar metais e outras substâncias minerais pois que eles encontravam preços mais elevados no exterior. Simultaneamente, os consumidores americanos tiveram que apelar mais largamente para o mercado internacional, e o mercado de Londres tomou o facto em consideração: os cursos internacionais determinados em Londres subiram ainda mais depressa. Assim se criou um mecanismo de amplificação muito rápido, provocando variações de preço consideráveis, fazendo pesar sobre

o conjunto do mundo a penúria mais ou menos artificial criada nos E. U. A., suscitando transportes suplementares de matérias através do Atlântico, e conduzindo a incoerências económicas. É evidente com efeito que num período em que o aprovisionamento é tenso, transportar zinco como se fazia dos países produtores europeus para os E. U. A., enquanto que estes exportavam o zinco que produziam localmente para o venderem no mercado de Londres era um absurdo que aumentava a tensão no mercado porque enquanto o zinco viajava não estava entre as mãos dos consumidores.

O ACORDO INTERNACIONAL DO ESTANHO

Concluído em 1956 o acordo foi renovado em 1961, 1966 e 1971.

Seus objectivos

Ajustar a produção e o consumo, e evitar as flutuações excessivas de preço com vista a:

- manter e desenvolver os recursos fornecidos pela exportação aos países em vias de desenvolvimento;
- assegurar um lucro suficiente aos produtores;
- assegurar aos consumidores um abastecimento correcto por preços equitativos.

Três meios de intervenção para permitir atingir estes objectivos estão à disposição do Conselho que é encarregado de gerir o acordo:

- definição de uma escala de preço de intervenção;
- gestão de um stock regulador;
- controlo das exportações em período de sobreprodução.

Os preços de intervenção

Um preço «plancher» e um preço «plafond» são definidos e periodicamente revistos, o intervalo que os separa sendo dividido em três partes de importância vizinha.

O stock regulador

O stock regulador (buffer stock) consiste numa massa de maneo (metal e espécies) por meio da qual um funcionário do Conselho do estanho, o director do stock, pode intervir.

Se os cursos excedem o preço «plafond»,
ele *deve vender* metal

Se estão na parte superior,
ele *pode vender* metal

Se estão na parte média,
ele *não intervém*

Se estão na parte inferior,
ele *pode comprar* metal

Se estão abaixo do preço «plancher»,
ele *deve comprar* metal

A massa de maneo é fixada no equivalente de cerca de 20 000 t de estanho metal (ou seja cerca de 11% da produção anual do mundo não comunista), mas é bem evidente que as possibilidades reais de intervenção do director do stock são limitadas pelos seus recursos quer em espécies (mas ele pode eventualmente pedir emprestado), quer sobretudo em metal.

Controlo das exportações

Em caso de sobreprodução, o Conselho pode decidir o controlo das exportações.

O montante total das exportações é fixado cada trimestre e a sua repartição entre os produtores é revista todos os anos.

Este controlo impõe sacrifícios às indústrias produtoras mas permite-lhes conservarem o essencial das suas capacidades de produção.

Ação em caso de penúria

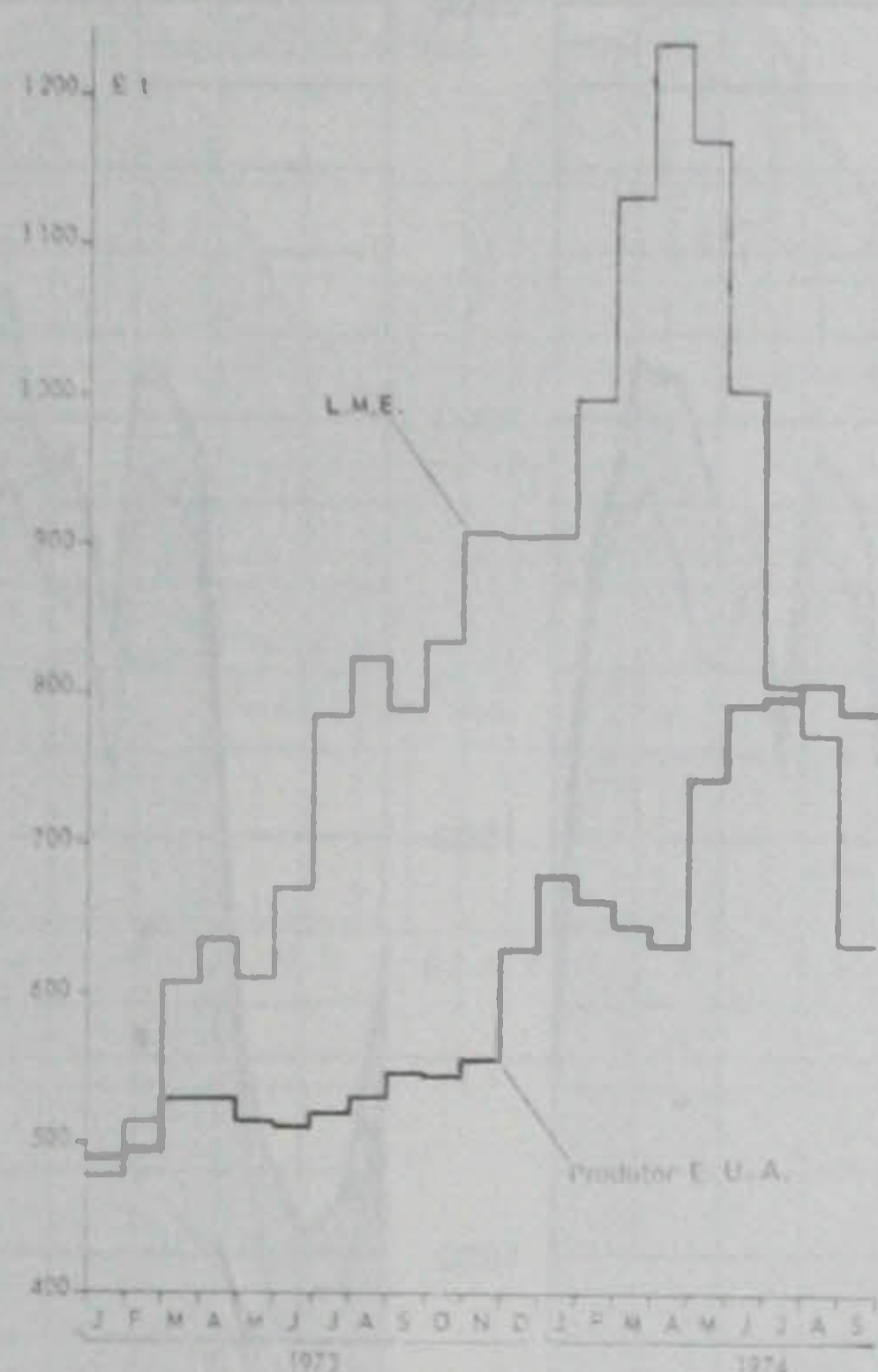
Enquanto que o acordo impõe apertados rigores no caso de sobreprodução, nada está previsto em caso de penúria além de «recomendações com vista a aumentar a produção».

Não foram aceites propostas tendentes a organizar uma contingentação das importações dos países consumidores.

O Conselho Internacional do estanho

Tem sede em Londres. Os produtores e os consumidores constituem dois colégios cada um detendo o mesmo número de votos (1000). A repartição dos votos em cada colégio tem em conta respectivamente as suas produções ou os seus consumos. As decisões devem ser aprovadas por cada colégio.

Este controlo dos preços foi abandonado em Dezembro de 1973, os preços americanos inclinando-se rapidamente para o nível dos cursos internacionais: os E. U. A. não tinham podido retardar esta inflação senão de seis meses, acentuando porém durante este tempo a inflação mundial (fig. 4).



Em conclusão desta III parte, vê-se que o mercado extremamente rígido, a especulação, o carácter relativamente arbitrário dos preços, a influência dos fenómenos de inflação das moedas, tudo sublinha a instabilidade fundamental do jogo da oferta e da procura no domínio das matérias-primas e o fraco poder das forças de estabilização. Além disso, numerosos elementos políticos, económicos e mesmo psicológicos se opõem ao livre jogo da oferta e da procura. Assim estes mercados de matérias-primas que, pelo seu carácter muito internacional e a relativa uniformidade dos seus produtos, poderiam ser o exemplo típico do mercado livre segundo as teorias económicas clássicas, são submetidos a numerosas forças externas e internas que de facto entravam o seu livre funcionamento.

Esta descrição do mercado da oferta e da procura no domínio das matérias-primas conduz a apontar o projecto de um lado sobre a atitude dos produtores e a sua margem de manobra, do outro sobre a atitude dos consumidores e seus meios de defesa.

(Continua)

Fig. 4 — O controlo dos preços do cobre nos E. U. A. em 1973 incitou os produtores americanos a exportar para beneficiarem de melhores cotações e precisou, em contrapartida, das compras por conta da América no mercado de Londres, aumentando a tensão neste mercado e alargando a diferença entre estas duas cotações. O abandono deste controlo permitiu que as duas cotações se juntassem em Julho de 1974.

6.º Congresso Brasileiro de mecânica dos solos e engenharia de fundações

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MECÂNICA DOS SOLOS (ABMS) tem o prazer de anunciar a realização do 6.º Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia de Fundações (6.º COBRAMSEF), no Rio de Janeiro, de 24 a 27 de Setembro de 1978.

Os temas seleccionados para a apresentação de trabalhos, conferências especiais e discussões são:

- I — Comportamento de maciços de terra e/ou enrocamento;
- II — Problemas geotécnicos de projecto e execução de Metrô e outras obras enterradas;
- III — Fundações de obras portuárias, estruturas «off-shore» e usinas nucleares;
- IV — Organização do ensino e da pesquisa em Geotécnica.

Os trabalhos deverão ser recebidos pelo Comité Organizador até 30 de Abril de 1978. Poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês, com sumários em português e inglês.

A língua oficial do Congresso é o português, admitindo-se, nas Discussões do Tema IV, também o espanhol e o inglês.

Haverá visitas técnicas nos dias 27, 28 e 29 de Setembro de 1978 e programa para senhoras durante a semana.

Informações mais detalhadas constarão de um próximo boletim.

Presidente do Comité Organizador, Prof. Mauro L. G. Werneck, COPPE/UFRJ, C. P. 1191 — ZC-OO RIO DE JANEIRO, BRASIL.